

“O colonialismo insidioso e o extrativismo petrolífero no Equador”

Resumo

Essa análise propõe uma leitura interdisciplinar do extrativismo como prática e metáfora, portanto abordar a “questão extrativista” enquanto ferramenta teórica para pensar a exploração da população bem como do seu território - do usurpiamento da estrutura natural à dissipação do tecido social por meio da violência, da poluição e até do turismo como *commodity*. No caso do Equador observa-se que o extrativismo revela uma forma de capitalismo que é comum na América Latina, onde a Teoria Marxista da Dependência questiona a nossa determinação em nos constituirmos sempre no papel de subalternidade.

Abstract

This analysis proposes an interdisciplinary reading of extractivism as a practice and a metaphor. In addressing the "extractivist question," this theoretical framework reflects on the exploitation of a population and its territory - from the usurpation of the natural and social structures through widespread social violence, pollution, and the commodity of tourism. In the Ecuadorian case, we observe that extractivism reveals a form of capitalism common in Latin America, challenged by the Marxist Theory of Dependence as a historical determination that pushes us to occupy a subordinate role.

Introdução

Entender a América Latina em suas particularidades não é tarefa simples, exige um trabalho de pesquisa profundo, histórico, de resgate de uma memória apagada, debruçar-se em livros, em tentativas de recomposição de toda a humanidade que nos foi retirada, lutando por nossos interesses. Toda nossa história foi - segue sendo - uma história de luta, como disse o argentino Fernando Mires (1988), a sociedade colonial, não só é movediça como é cataclísmica, àquela falsa ideia perpetuada nos livros de história até os dias de hoje, que quando chegaram os colonizadores foram bem recebidos, viveram harmoniosamente com os colonizados não só é falsa como também romântica da subalternidade, do povo omissos, ingênuo e cordial.

Na América Latina só foi possível realizar mudanças quando se pensou de forma herética, muito do que Marx fez, não foi suficiente para entendermos nossa condição periférica, já que o capitalismo dependente não se expressa da mesma maneira quando comparado a outras regiões. Como alertou Vitale (1987) entender as lutas em sua composição, entrelaçada com temas, étnicos, gênero, a própria colonização, trouxe diversas

novidades à historiografia marxista, evitando separar as lutas aprofundando o conhecimento, reconhecendo as peculiaridades na diversidade.

O fato é que, a América Latina não foi uma consequência do capitalismo europeu e de um processo cuja lógica profunda lhes é sempre exterior, pois se assim fosse, estaríamos continuamente fadados ao fracasso em qualquer tentativa de alteração da realidade. Para Marini (1973) pensar que somos a consequência de um capitalismo ou sua parte pré-capitalista são desvios comuns, ainda que nossas relações, diante do capitalismo “puro”, apresentem insuficiências. O nosso capitalismo só adquire sentido quando analisamos o todo (Marini, 1973).

É óbvio que a insuficiência prevalece ainda sobre a distorção, mas se desejamos entender como uma se converteu na outra é à luz desta que devemos estudar aquela. Em outros termos, é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado (Marini, 1973: 3-4).

Diante de tantas frustrações históricas seguimos, como mencionou Hebe de Bonafini “o marxismo não pode ser somente teorizado, mas precisa ser vivido”, conseqüentemente, também não pode ser congelado e utilizado como simples explicação e método aplicado a tudo. Os dogmas do passado já não dão conta dos problemas da atualidade, são inoperantes, logo é necessário colocar em teoria, o pensamento da sociedade atual, diferentemente de algumas leituras mais contemporâneas, que seguem compreendendo a natureza como cesta de matérias primas dadas à nossa intensa produção ou uma “natureza mágica” separando a economia da política, de modo a rebaixar a percepção tornando-se um arrazoado de ideias que pouco explica acerca do mundo.

Porque a teoria marxista da dependência?

Na história recente da sociedade pós-moderna a ideia de *alternativa* mais pioneira ocorreu nos anos 70 e se referia ao desenvolvimento, quando alternativo aparecia sempre como adjetivo do modelo de desenvolvimento dominante: o econômico e capitalista, mais “humano”, “sustentável”, “local”, “ecológica”, “comunitária”, “etno-desenvolvimento”, mas a substância do desenvolvimento segue sendo capitalista, inclusive quando a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) fala de “crescimento econômico como

igualdade”, serve para encobrir que em sua fase neoliberal e financeira, o crescimento capitalista só foi possível “na condição de crescente desigualdade (Sánchez Parga, 2005).

A *teoria marxista da dependência* nos trouxe um grande aporte acerca do debate da dependência configurada a partir da divisão internacional do trabalho que determinará o sentido do desenvolvimento na América Latina, a consequência da dependência resultará em uma maior dependência que se altera ao logo do tempo, em virtude da maior acumulação. Portanto, as relações estabelecidas na América Latina estão submetidas a dimensão da acumulação regida sob diversas formas de produção diversas que convivem normalmente, engendrando desvantagens no cenário internacional pautada no intercâmbio desigual (Santos, 2019).

André Gunder Frank (1966) analisa a dependência a partir da condição de subdesenvolvimento, afirmando que nosso *desenvolvimento só seria possível no subdesenvolvimento*, Marini (1973) menciona que nossa situação colonial não pode ser reduzida a uma condição estanque e determinada, a acumulação gerada na América Latina permite a acumulação em diversos outros pontos, por meio de trocas desiguais e contraditórias, a garantia destes processos está na própria exploração do trabalhador. Exploração que explica diversas exclusões neste subcontinente, violências de diversos tipos que se configuram em formas e se refuncionalizam em cada país/região e se entrecruzam por meio do racismo, do patriarcado e da pobreza.

Marini (2000) ressalta que a superexploração do trabalhador latino americano também é subsidiada pela transferência de criação científica aos países centrais que permite aos trabalhadores destes países uma condição de vida melhorada e rebaixa na periferia as condições de vida e de acesso, somadas a subnutrição, violência, analfabetismo, repressões e baixa expectativa de vida. A mais valia dada a partir das importações e exportações é realizada lá fora, isto se traduz em ingressos na periferia também, mas grande parte dele é aplicado a bens de consumo luxuosos a uma parte muito pequena da população (Marini, 2000) Exemplo desta relação está na própria expectativa de vida da população latino americana que, apesar de ter aumentado nos últimos anos, se revela bastante desigual entre regiões, entre populações racializadas ou por análise de gênero. Logo, se impõe um sistema ético próprio de funcionamento que pode aceitar ou rechaçar os valores estabelecidos e contrapostos que estabelecem como “novas necessidades” e novos conflitos.

Sánchez Parga (2005) exemplifica, uma empresa de um país “desenvolvido” se desloca para um país “subdesenvolvido” em busca de impostos menores e uma mão de obra mais barata, esta situação acarreta no país desenvolvido uma exclusão de parte dos

trabalhadores, buscando condições ainda melhores, a mesma empresa se desloca para um terceiro país que se encontra ainda mais excluído diante do exposto há um duplo rebaixamento fato que obriga os trabalhadores a negociarem seus salários e horas de trabalho afim de manter seus empregos. Em contrapartida, se estas mesmas empresas não concretizam tais medidas, por más negociações, protestos por parte dos trabalhadores ou qualquer outra dificuldade, será uma outra empresa concorrente a fazer, implicando na provável falência de uma ou perda de capitais, em suma, os sindicatos e partidos perante esta situação, fragilizam-se e acabam moldando-se aos ditames do capital e para sua própria continuidade se limita a coadjuvante ou mediador das negociações pelo alto Sánchez Parga (2005).

Agustín Cueva (1979), sociólogo equatoriano, alertava para um fato importante, ao falar acerca do desenvolvimento na América Latina requer dar sentido, isto é, a América Latina nunca deixou de se desenvolver, aqui me refiro ao desenvolvimento como transformação dentro do sistema capitalista. Portanto, não existem leis especiais que regem os povos periféricos, estamos em constante alteração em uma cadeia de multiplicidades, as condições internas e externas são diferentes, mas não estão separadas. Agustín Cueva retoma Marx para recordar que as afirmações do filósofo alemão ainda vigoram, a questão é como esta cadeia universal toma forma particular, como aparece em uma fisionomia local, não só na América Latina, mas em todos os continentes.

Ao falar das desilusões dos desenvolvimentistas e suas tendências ideológicas, Cueva (2016) aponta para a forma como o capitalismo existe em cada território, tais formas não são idênticas. Esta afirmação já denota a impossibilidade de importar teorias e “aplicá-las”, o que se pretendeu foi exatamente por a prova as leis fundamentais as condições concretas existentes e históricas. Ou seja, a inserção constante e violenta realizada no nosso continente deformou e deforma completamente nossa matriz, isto é, ao mesmo tempo que o imperialismo se impõe também atrofia nossa capacidade de avançar, Cueva fala em atrofia e hipertrofia, que pode ser entendido como desenvolvimento dentro do subdesenvolvimento.

Os países latino americanos são iguais na desigualdade, alguns se industrializaram e outros que a industrialização nunca chegou ou chegou controlada pelo capital estrangeiro, em outros há uma preferência por mantê-los na extração da natureza, são países de enclave, de produção agrícola e seu desenvolvimento também passa a depender da integração continental (Bambirra, 2013). Atinando para um contexto de Revolução Continental em uma ajuda mútua, de uma luta global e não com processos isolados em que as forças sociais de unem e se empurram para a frente (Bambirra, 2013).

O Equador e suas commodities

Este trabalho teve como o desafio de explicar a particularidade do capitalismo latino americano, especialmente no Equador, frente as políticas realizadas em relação ao petróleo durante o governo de Rafael Corrêa.

Trabalhou-se com quatro variáveis analíticas, o histórico da América Latina com aporte teórico crítico da teoria da dependência, as políticas relacionadas a exploração petrolífera no bloco ITT Yasuní no período de 2013- 2016 e as divergências entre discurso e prática por parte do governo. As variáveis tiveram intuito de demonstrar que ainda tratando de uma particularidade podem ter um efeito generalizador, reelaborando interpretações de outros períodos levante a frente indagações que não se encerraram. Muitas pesquisas foram realizadas acerca da exploração petrolífera no Equador, principalmente revelando críticas ao governo de Rafael Correa, que nasceu sob a égide do progressismo, tão aclamado na América Latina, e acabou, talvez, por incorrer a erros piores quando comparados aos longos anos do Equador no neoliberalismo.

O Equador possui um histórico de exploração petrolífera predatória que não iniciou com Correa, mas há cerca de 50 anos atrás, mesmo com alguns momentos de melhorias sociais, melhores estradas e até aeroportos renovados, porém, o país continuou na periferia do capitalismo, Correa reascendeu o mito do progresso, do desenvolvimentismo, para além do aclamado *Buen Vivir* e projetos pós-petróleo e exportações de bens primários, nada disso tem alterado a forma como Equador se encontra na divisão internacional. Dois pontos bastante importantes, a maneira bastante convincente para dar continuidade a projetos que já nascem em esgotamento passam pela incompreensão estrutural e histórica do caráter dependente dos países colonizados. E sendo assim, desenvolver-se no paradigma da modernidade não se resume a uma questão de escolha política, de gestão de estado, mas sim um fenômeno histórico e mundial (Rosero, 2013:43).

Como afirmou Molina (2007), ao apostarem no modelo econômico e não no padrão de desenvolvimento, mantiveram o cerne da desigualdade contido em suas estratégias. Seguiu-se o mesmo padrão de desenvolvimento e de acumulação, porém o modelo proposto aparecia como diferente, em suma, se pudéssemos comparar com os estudos linguísticos, o capitalismo seria a morfologia (estrutura) capaz de agrupar diversas categorias; substantivos,

adjetivos, artigos, numerais, etc. a morfologia se manteve nestes países e sua forma de realização se alterou de acordo com o modelo adotado, mais ou menos Estado; nacionalização de determinados recursos considerado estratégicos; uma combinação com o mercado a chamada política de conciliação de classes na história dos países latino americanos os padrões.

Conclusão

Algumas noções precisam ser recolocadas, penso ser o primeiro passo o reencontro com a história, ou seja, ler nossas vidas dentro de um complexo maior. Me refiro a recuperar a tradição crítica como resposta ao colonialismo, principalmente no que toca a realidade das comunidades amazônicas/periféricas/ribeirinhas, desconhecidas e por vezes, “fantasiadas” “mitificadas” para não tocar no problema central da dependência e do subdesenvolvimento, embrionários do colonialismo¹. Toda esta carga histórica perpassa também por noções de nacionalismo, neocolonialismo e imperialismo. Deste modo, o reconhecimento histórico pode libertar, bem como pode ser utilizado como instrumento de dominação. Exemplo deste enleio é a vasta compreensão étnica existente nos povos latino-americanos, onde os modelos explicativos problematizam ainda mais a realidade existente, principalmente por criar terminologias que não correspondem a realidade. Nossa combinação pautada em conflitos e rebeldias também coloca a necessidade em nos determinarmos autonomamente. Somos um povo, logo, toda a tentativa de nos tornar intangível, também poderá servir aos interesses de numa condição de rebaixamento contínuo, onde tudo seria passível de ser explicado somente por meio das diferenças culturais e étnicas.

As novas formas de colonialismo são mais insidiosas porque ocorrem no amago de relações sociais dominadas pelas ideologias do antirracismo, dos direitos humanos universais, da igualdade de todos perante a lei.

Com base no contexto histórico e político, resultado das tensões e conflitos entre os direitos dos povos originários da reserva Parque Yasuní, foi possível compreender a articulação entre exploração de recursos, a condição de vida das pessoas e os diversos desdobramentos atinentes ao capital estrangeiro. O fato do governo *correista* manter a

¹ O colonialismo insidioso é gasoso e evanescente, tão invasivo quanto evasivo, em suma, artiloso. Mas nem por isso engana ou minora o sofrimento de quem é dele vítima na sua vida cotidiana. Floresce em *apartheids* sociais não institucionais mesmo que sistemáticos. Ocorre nas ruas e nas casas, nas prisões e nas universidades, nos supermercados e nas esquadras de polícia. Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade. Verdadeiramente só é captável em *close-ups*, instantâneos do dia-a-dia (Santos, 2018b).

exploração do petróleo neste território secular é parte deste processo de essência rentista, ou seja, envolve solo, subsolo e mesmo as pessoas que vivem neste território, por intermédio do turismo ecológico e sua mercantilização. O lucro aparece de várias formas permeadas por uma mentalidade social que reproduz a falsa possibilidade de reparação ao que foi destruído em todos os sentidos.

É a razão de ser do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Processo que retrata a especificidade do capitalismo sui generis latino-americano, inerente à dinâmica geral de funcionamento do capital. Particularidade que integra a totalidade do movimento do capital, fazendo com que o próprio, América Latina, se torne refém da lógica reprodutora do capital em âmbito mundial.

Referencias bibliográficas

Báez, René & Rosero, Andrés. (2013) *Sacralización y desacralización del Yasuní*. Serie:

Cuadernos Políticos, Centro de Pensamiento Crítico, Ecuador: Quito.

Bambirra, Vânia. (2015) *O capitalismo dependente latino-americano*. Tradução: Fernando Correa Prado, Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular.

Cueva, Agustín (2014) *O processo de dominação política no Equador*. Coleção Pátria Grande, Editora Insular, Florianópolis.

Cueva, Agustín. (1979) *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a questão do Estado*. Texto apresentado no ciclo “Capitalismo e Imperialismo na América Latina”, seção Colômbia-Ecuador, em Agosto de 1979. Disponível em <<http://iela.ufsc.br/noticia/o-desenvolvimento-do-capitalismo-na-america-latina-e-questao-do-estado>> [12.03.2020]

Frank, Andrew Gunder. (1973) “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano”. In : PEREIRA, Luiz (org.). *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar.

Marini, Ruy Mauro. (2000) *Dialética da Dependência*, Petrópolis: Vozes.

Mires, Fernando (1988). *La rebelion permanente. Las revoluciones sociales em America Latina*. Siglo Veintiuno Editores.

Sánchez Parga, J. (2005) Sin (creciente) inequidad no hay crecimiento económico. in *Revista Socialismo y Participación*, Centro de Estudios para el desarrollo y la participación (CEDEP) Perú, n.93, pp. 11-27.

Santos, Boaventura de Sousa. (2018) O colonialismo insidioso. Disponível em <<https://www.publico.pt/2018/03/30/sociedade/opiniao/o-colonialismo-insidioso-1808254>> [20.01.2020]

Molina, Gray, George. (2007) *El reto posneoliberal de Bolivia*.
Disponível em <<https://nuso.org/articulo/el-reto-posneoliberal-de-bolivia/>> [10.07.2018]

Vitale, Luis. (1987) *La mitad invisible de l'Historia. El protagonismo social de la mujer latinoamericana*. Buenos Aires : Sudamericana/Planeta.